

UMA CIDADE NO PAÍS DO CARNAVAL: POLÍTICA E CULTURA NOS FESTEJOS CARNAVALESÇOS EM ILHÉUS – BAHIA (1922-1934)

Oslan Costa Ribeiro¹

Resumo: Este artigo é resultado do projeto de pesquisa de Iniciação Científica, financiado pelo CNPq intitulado: *Brincadeira de gente grande: política e cultura em Ilhéus nos festejos carnavalescos (1922 -1934)*. Esse projeto de pesquisa teve como objetivo geral analisar as práticas carnavalescas de Ilhéus – Bahia entre 1922-1934, identificar as modalidades carnavalescas promovidas no município, tanto em sua sede, com em seu interior, analisando as personagens envolvidas na organização e participação do carnaval, além de analisar as inter-relações entre os carnavais de rua e de clube e das questões sociais e políticas vivenciadas na região cacauera da Bahia.

Palavras-chave: política; cultura; festejos carnavalescos.

Abstract: This article is the result of scientific initiation research project, funded by the CNPq titled: *Game of great people: politics and culture in Ilhéus in Carnival festivities (1922-1934)*. This research project had as general objective to analyze the Ilhéus – Bahia Carnival practices between 1922-1934, identify the terms Carnival promoted in the municipality, both in its headquarters, with inside it, analyzing the characters involved in the Organization and participation of the Carnival, and analyze the interrelationships between the street carnivals and Club and social and political issues experienced in the cocoa region of Bahia.

Keywords: politics; culture; Carnival festivities.

Introdução

O presente artigo se propõe a traçar um perfil dos grupos carnavalescos existentes no município de Ilhéus, sul da Bahia, no período de 1922 e 1934. Nos propomos a identificar em cada grupo carnavalesco quem eram seus participantes, a que gênero e classe pertenciam, os tipos de fantasias, o acompanhamento musical e também quem promovia a competição do melhor grupo carnavalesco.

A partir das páginas de periódicos da época, como o jornal “Correio de Ilhéus” entre 1922 a 1924 e o “Diário de Tarde” entre 1929 a 1934, o presente artigo abordará o cruzamento de informações presentes nas notas e matérias sobre o Carnaval. O objetivo foi identificar a relação estabelecida pela imprensa entre a festa do carnaval e a modernização econômica e social vivenciada no município de Ilhéus durante a década de 1920/1930.

Para isso, o objetivo geral desse artigo é analisar as práticas carnavalescas do município de Ilhéus entre 1922-1934. Desdobrando especificamente o objetivo geral do presente artigo, surgiram as finalidades propostas inicialmente e em que se basearam efetivamente essa pesquisa em História: identificar as modalidades carnavalescas promovidas no município de Ilhéus; identificar as personagens envolvidas na organização e participação dessa festa popular; analisar as inter-relações entre os carnavais de rua, de clube e de salões; analisar as inter-relações entre o carnaval e as questões sociais e políticas vivenciadas em Ilhéus e região cacauera do sul da Bahia.

Além, de como se deu as tentativas da cultura dominante que ditava o comportamento nas primeiras décadas do século XX e suas influências aos carnavais de rua em suas variedades, como: cordões, blocos e ranchos. Procuramos analisar também, como a cultura popular, ou seja, a cultura da população negra, dos brancos, e a presença de mulheres, ganharam força massiva e marcante nos cortejos carnavalescos na cidade de Ilhéus, no povoado do arraial do Pontal e em algum de seus distritos no recorte temporal proposto.

O tema de pesquisa sobre o carnaval permitiu tratar de um assunto não tradicional na abordagem historiográfica que é a relação festa-cultura-sociedade e política. A região sul baiana vivia no período escolhido (décadas de 1920 e primeiros anos da década de 1930) o apogeu da valorização da produção do cacau. A produção historiográfica sobre o período atém-se basicamente a narrar as grandezas econômicas e arquitetônicas da época e raramente trata do impacto dessa conjuntura na cultura popular.

É possível apontar, no entanto, que o carnaval na década de 1920/1930 em Ilhéus, expressava principalmente as mudanças urbanísticas promovidas em Ilhéus pelos prefeitos Mário Pessôa (1924-1928) e Eusínio Lavigne (1930-1937), fatos ricamente abordados em matérias jornalísticas nas fontes hemerográficas que foram levantadas para esta pesquisa, mas ausentes nas abordagens historiográficas regionais, contribuindo para o enriquecimento dessa discussão historiográfica.

Fontes hemerográficas “Correio de Ilhéos” e “Diário da Tarde”

O que foi encontrado no jornal “Correio de Ilhéos” compreende os números 112 a 415, publicados entre os anos de 1922 e 1924, pesquisados livremente no

acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC). Nas páginas foram encontradas notícias sobre o carnaval ilheense, de uma única linha editorial, diga-se tendenciosa, por ser um jornal que atendia os anseios da sociedade emergente e ambições de políticos do município, preocupados em manter sua oligarquia, como no caso em questão.

Segundo Vinhães², o periódico foi criado em 21 de outubro 1921, circulando as terças, quintas e sábados, era de publicação vespertina e contava em sua diretoria o Coronel Antônio Pessôa da Costa e Silva, Intendente Municipal entre 1912-1915 e Senador Estadual de 1915-1921. Os redatores eram seus filhos Astor e Mário Pessôa. Este, por sua vez, posteriormente foi eleito para a Intendência Municipal no período de 1924-1928, pelo Partido Republicano Democrata, do qual o “Correio de Ilhéos” era órgão oficial.

O “Diário da Tarde”, segundo Vinhães³, entrou em atividade em 10 de fevereiro de 1928, em Ilhéus, segundo ele próprio, era um jornal de boa circulação com certo destaque no Estado e na capital Federal, na época, o Rio de Janeiro. Do “Diário da Tarde” foram recolhidas matérias e notas sobre o carnaval do número 277 ao 1.738, publicadas entre os anos de 1929 a 1934, também encontrados no acervo do CEDOC/UESC.

São Jorge dos Ilhéus: Uma cidade no país do carnaval

A alusão ao romance de Jorge Amado *O país do carnaval*, de 1931, aqui é usada somente para nos remeter ao contexto do presente artigo, ao coincidir em partes, como o mesmo recorte temporal encontrado no romance. A história tem por pano de fundo o carnaval na Bahia e no Brasil, *é um relato sobre a formação e a situação dos intelectuais brasileiros nos momentos que antecedem a Revolução de 1930*⁴.

Primeiro romance de Jorge Amado, *O país do Carnaval* faz um retrato crítico e investigativo da imagem festiva e contraditória do Brasil, a partir do olhar do personagem Paulo Rigger, um brasileiro que não se identifica com o país.

Filho de um rico produtor de cacau, Rigger volta ao Brasil depois de sete anos estudando direito em Paris. Num retorno marcado pela inquietação existencial, ele se une a um grupo de intelectuais de Salvador, com o qual passa a discutir questões sobre amor, política, religião e filosofia. Dúvidas sobre os rumos do país ocupam o grupo.

O protagonista mantém uma relação de estranhamento com o Brasil do Carnaval, acredita que a festa popular mantém o povo alienado. Os exageros e a informalidade brasileira são motivo de espanto, apesar de a proximidade com o povo durante as festas nas ruas fazer com que ele se sinta verdadeiramente brasileiro. Aturdido pelas contradições, Rigger decide voltar para a Europa.

Mestiçagem e racismo, cultura popular e atuação política são alguns dos temas de Jorge Amado que aparecem aqui em estado embrionário. Brutalidade e celebração revelam-se, neste romance de juventude, linhas de força cruciais de uma literatura que se empenhou em caracterizar e decifrar o enigma brasileiro.⁵

Jorge Amado nasceu em 1912, em Ferradas, município de Itabuna. A partir de 1914, ele e sua família passaram a morar na cidade de Ilhéus, há 27 km de Itabuna. Seu pai era um vultoso fazendeiro de cacau com vasto patrimônio. Certamente, o escritor grapiúna⁶, viveu em sua infância esse cotidiano da cidade de São Jorge dos Ilhéus na perspectiva de uma família da elite local, à qual o mesmo pertencia.

O posfácio de José Castello (2011), citado na íntegra acima, nos aponta que o romancista começa de uma forma ainda tímida em 1931, a tratar de alguns temas que coincidem com o foco do presente artigo: política e cultura nos festejos carnavalescos em Ilhéus, entre 1922 a 1934, que por si justificam a alusão desta importante obra em nosso trabalho.

A monocultura do cacau atinge a sua máxima valorização no mercado externo. Muito dinheiro circulava, trazendo para Ilhéus o que tinha de mais moderno e luxuoso. Nesse período foram dados os primeiros passos para as transformações na infraestrutura da cidade, como o esgotamento sanitário e água encanada a partir de 1911, e a chegada da energia elétrica em 1915. Esta atendia o centro de Ilhéus e posteriormente o arraial de São João da Barra do Pontal (1916). Além das transformações urbanísticas como abertura de ruas, pavimentação de avenidas, novas construções suntuosas, e belas praças. A ambição era que Ilhéus entrasse nos trilhos do progresso, seguindo tardiamente os passos e as reformas urbanísticas que já ocorriam desde o início do século, nos moldes da *Belle Époque*, na cidade do Rio de Janeiro, a quem tanto a sociedade⁷ ilheense queria imitar. Ilhéus, ao menos nessa época, se identificava culturalmente mais com a cidade do Rio de Janeiro do que sua própria capital de estado, a Cidade do Salvador.

Soihet diz que:

Civilização e progresso foram os lemas da *Belle Époque*, movimento em que os grupos dominantes não mediam esforços para alcançar seus objetivos. Ao Rio de Janeiro, capital do país, cabia a vanguarda nesse processo. Urgia acelerar a modernização e a higienização da cidade, através de sua remodelação urbanística.⁸

É, pois, nesse contexto de transformação urbanística, que ecoa na imprensa ilheense os festejos carnavalescos de 1922-1924. Uma forma possível de entendimento das articulações do político e do econômico com o carnaval em Ilhéus se dá por meio da composição de uma comissão criada em 1922 para julgar os grupos carnavalescos que animaram o carnaval de rua daquele ano:

Para julgar sobre o 'cordão' victorioso, o nosso estimado amigo Jayme Martins, esforçado representante nesta cidade da firma Leite & Alves, nomeou uma comissão de cavalheiros que na tarde de terça-feira na 'Pensão Fernandes' resolverão sobre o assumpto. A comissão ficou assim organizada: drs. Astor Pessôa e Jesuíno de Oliveira, coronel Adriano Silva Júnior, Jayme Dias do Valle e José Oliveira.⁹

Uma breve incursão pelo nome dos senhores presentes na comissão nos apontam algumas pistas sobre os produtores do carnaval ilheense nos anos 1920. Essa pesquisa identificou alguns nomes acima citados na nota do jornal são eles: Astor Pessôa, filho do coronel Antônio Pessôa e também irmão de Mário Pessôa. Em 1922 quando essa nota foi publicada ele já era o diretor do "Correio de Ilhéus", segundo o expediente original do periódico. O coronel Adriano Silva Júnior (1826-1927), era o diretor da firma Magalhães e Cia, geradora de energia elétrica em Ilhéus de 1915 a 1927. Os demais membros, podemos supor, pelo o envolvimento de alguns estabelecimentos comerciais na organização do carnaval como a Loja "Guerreira", Loja "Haila" e a Pensão "Fernandes", que foram citadas no decorrer das notícias pesquisadas, sejam pessoas ligadas às mesmas ou até mesmo os proprietários.

Fundamentamos essa interpretação pela força econômica exercida pela valorização do cacau nessa época, criando em Ilhéus uma atividade comercial e de prestação de serviços notáveis. Essa comissão julgadora demonstra claramente essa realidade por ter dos cinco membros, dois que exerciam essa distinta representação. Astor Pessôa representava além do jornal, a força política de sua família e o coronel Adriano Silva Júnior, além de ser proprietário de fazendas de cacau, era também o diretor da empresa geradora de energia elétrica,

representando a força econômica vigente, principalmente pelos elogios e galanteios que o jornal se refere aos membros da comissão.

Nas notas que antecediam o carnaval de 1922 em Ilhéus, percebe-se o incentivo para que os grupos se organizassem para concorrerem ao troféu:

Mas parece que o bronze da Leite & Alves, que Jayme Martins faz questão de só entregar ao grupo ou cordão que mais relevo dêr aos festejos do deus da folia, será o bastante para que esse bando gárrulo de mocinhas leve á cabo a feliz idéia.¹⁰

Partindo das informações acima transcritas é possível que houvesse um incentivo, um patrocínio para que os grupos carnavalescos pudessem de fato concorrerem ao troféu da firma Leite & Alves. Tal financiamento, ao que parece, vinha tanto de fazendeiros de cacau, como também de comerciantes da cidade.

Baseado nos rastros deixado nas notas de jornais pesquisadas até o momento é possível afirmar que o carnaval ilheense dos anos 1920 tinha as modalidades de rua (público), como também, dos salões dos palacetes (privado).

No carnaval de 1924, por não ter havido carnaval de rua, por questões de falta de tempo para tal organização inviabilizada pela campanha das eleições municipais realizadas no mesmo período, o “Correio de Ilhéos”, cita que a animação daquele ano se deu na realização de carnavais de clube e salões:

A ‘Euterpe 3 de Maio’, no domingo á tarde deliciou os máscaras avulsos com os seus tangos e maxixes bem requebrados. Na Pensão Fernandes, Hotel Coelho, Bar Floresta e Bataclan houve bailes com alguma animação. Os diretores do Sport Club Palestra, promoveram animados bailes para os três dias do Momo, que foram bastante concorridos.¹¹

Além dos grupos carnavalescos do centro se organizar para desfilarem no carnaval, o Pontal também marcava presença com seus grupos carnavalescos. Nessa época já contava como foi dito acima com energia elétrica desde 1916. Segundo o memorialista Vinhães, com *a chegada da luz elétrica no Pontal, fez com que muitas famílias [da sociedade]¹² passassem a ter, ali, uma outra casa para fins de semana.*¹³

O arraial de São João Batista do Pontal, além de sua gente de grande maioria de pescadores e marisqueiras, ligada ao centro de Ilhéus somente por barcos a motor que faziam a travessia por sua baía, formada pelas águas do rio Cachoeira e

do Atlântico, contava também com um núcleo emergente. De certo, havia no arraial um pequeno comércio para suprir as necessidades de consumo, ou seja, havia um movimento de pequeno a médio porte. Tal estrutura deve ter contribuído para a participação efetiva do Pontal no carnaval de Ilhéus, e que se faz presente por todo recorte temporal dessa pesquisa (1922-1934), sendo que as notícias encontradas revelam a concorrência de igual condição com os grupos do centro da cidade nos concursos promovidos pela firma Alves & Leite como podemos analisar na nota abaixo:

O rico bronze que a firma 'Leite & Alves' expôs na Casa Haila, para ser entregue ao cordão ou rancho vencedor deixou de ser dado pela Comissão julgadora, em vista de ter havido empate entre o 'Borboleta' e o 'Préstito do Pontal'.¹⁴

As modalidades de grupos carnavalescos que desfilaram no carnaval de 1922 e também nos demais anos analisados em Ilhéus foram de cordões, blocos e ranchos. Dentre eles podemos destacar os cordões "Cravo Vermelho", "Borboletas", "Filhos do Momo", "Victoria", "Cruz Vermelha", "Sempre Viva", "Filhos do Sol". Os blocos que desfilavam eram o "Minas", "Tabaré" e "Dolorosa Interrogação". E o único rancho foi o préstito carnavalesco "Harpa Infantil".

Mas o que diferencia os cordões, os blocos e os ranchos carnavalescos? Certamente a forma de se comporem e se apresentarem.

Segundo Rachel Soihet em seu livro *A subversão pelo riso*, os cordões surgiram no Rio de Janeiro nos idos da década de 1870. Eram formados em sua grande maioria por membros afrodescendentes e brancos de origem humilde. Tinham forte influência da religiosidade de matriz africana demonstrada nos instrumentos de percussão que eram também usados nos rituais de culto. À frente dos cordões vinham os panos, grandes estandartes levados pelas porta-estandartes que eram a figura de destaque dos cordões.

Das modalidades de grupos carnavalescos os blocos eram os mais simples, não dramatizados, sem fantasias elaboradas e sem alegorias, que existiam paralelos aos cordões. De também forte influência da cultura afrodescendente, foram os blocos os grandes embriões que deram origem na década de 1920, no Rio de Janeiro, aos blocos de samba e posteriormente às escolas de samba.

Os ranchos carnavalescos surgiram no Rio em fins do século XIX, sem dúvida eram os que mais se enquadravam no perfil de organização de grupos carnavalescos para a frequência da sociedade (ricos e emergentes sociais). Por serem mais luxuosos em suas fantasias e alegorias, a disciplinaridade musical era sua principal característica, acompanhado por charangas, filarmônicas ou orquestra de cordas, para cada ano uma música-tema, o que também influenciou os sambas-enredo das escolas de samba.

Identificação das modalidades carnavalescas promovidas em Ilhéus¹⁵ e no arraial do Pontal: o carnaval era realizado no domingo, segunda e terça-feira gorda e encerrava-se na quarta-feira de cinzas; era realizados carnavais de rua, clubes e salões; o arraial do Pontal sempre animado e presente nos concursos de carnaval de Ilhéus; desfiles de blocos, ranchos e cordões, acompanhados de charangas, e carros alegóricos chamados de pranchas, onde algumas senhorinhas subiam e desfilavam fantasiadas de acordo com o enredo do bloco.

Identificação das modalidades carnavalescas promovidas no distrito de Pirangy (atual Itajuípe)¹⁶. Em nota o jornal *Diário da Tarde*, edição 872, ano III, p. 4, de 11 de fevereiro de 1931, divulga como seria o carnaval no distrito de Pirangy: três grupos carnavalescos em forma de cordão que iriam desfilar são eles; “As Saloias”, cordão formado por senhoritas da elite local desse distrito; “Os Batutas”, cordão formado por ‘quase’ todos os rapazes; “As Columbinas”, formação não acusada na nota do jornal. Provavelmente só havia carnaval de rua. Havia uma disputa do melhor grupo carnavalesco, sem a configuração que era em Ilhéus.

A nota cita que os cordões já estavam ensaiados ‘caprichosamente’, *cada qual mais apurado na confecção de suas roupagens, no ensaio de suas marchas, e dos seus tangos, e dos seus maxixes*. Só há notícias no referido jornal sobre o carnaval em Pirangy em 1931.

Identificação das modalidades carnavalescas promovidas no distrito de Água Preta (atual Uruçuca)¹⁷. Em nota o jornal *Diário da Tarde*, edição 1472, ano VI, de 23 de fevereiro de 1933, divulga como seria o carnaval no distrito de Água Preta nesse ano. São dois grupos carnavalescos em forma de blocos que iriam desfilar: “As Bonecas”, bloco infantil formado sob a direção da Sra. Hermosa Afonso; “Última Hora”, bloco de senhoritas sob a direção da Sra. Helena Lemos; possivelmente era festa de rua; ausência de disputas entre os blocos.

Segundo a nota do jornal: “Ambos contam com boas orquestras.”¹⁸ Identificação dos personagens envolvidos na organização e participação da festa popular: No carnaval de 1929, a polícia proibiu a saída do desfile do bloco “Balneário Ambulante” com um grupo de homens com trajes de banho de praia, para conseguirem autorização, passaram a sair de fantasias e promoveu um banho a fantasia, patrocinado pela “Casa Oriente” que daria uma premiação ao banhista fantasiado que melhor se destacasse. A partir 1929, o Pontal Bar, promove concurso de grupos carnavalescos do Pontal e os da cidade também. Medalhas de ouro e prata para premiar quem melhor se destacasse na terça-feira de carnaval desse ano. Como já foi abordado neste artigo, foi identificado que os personagens sempre relatados nas notícias do *Diário da Tarde* na organização e patrocínio do Carnaval eram homens de renome como políticos, comerciantes e músicos. As mulheres eram citadas somente, como senhorinhas ou senhoras da elite local, que desfilavam em blocos bem comportados e luxuosamente fantasiados, ou organizando os mesmos, segundo o relato da fonte hemerográfica.

Não foram achados nas notas do *Diário da Tarde* nesse recorte temporal de 1929 a 1934, a citação de personagens populares nas festas de rua. É extrema a falta de nomes de pessoas comuns nas notícias dos jornais aqui citados e analisados neste artigo. Exceto, o nome de músicos responsáveis pelas charangas, somente. Supomos, que populares eram de grande maioria na participação dos festejos carnavalescos no arraial do Pontal e nos distritos de Pirangy e Água Preta.

Análise das inter-relações entre carnavais de rua e de clube: Os carnavais de rua eram independentes dos carnavais de clube e salões. Os carnavais de clube eram promovidos pela diretoria dos clubes aos seus associados, que supostamente pertenciam à alta sociedade de Ilhéus; o clube mais citado pelo *Diário da Tarde* era o “Satélite”. Os carnavais de salão eram realizados pelos coronéis, donos dos mais bonitos palacetes do centro de Ilhéus, suas residências, aonde aconteciam festas particulares para restritos convidados.

É inviável abordar o Carnaval na década de 1920, sem se aprofundar nas discussões historiográficas que foram já trabalhadas na realidade da cidade do Rio de Janeiro, à época, capital da República, tal como nas discussões efetuadas sobre o Entrudo: festa de cunho europeu trazido pelos colonizadores portugueses e que antecedeu o Carnaval tal qual nós temos, e que foi completamente perseguido nas

últimas décadas do século XIX, fruto da *Belle Époque* que ditou as regras culturais e comportamentais em nosso país até os anos 1920. Um dos mais importantes memorialistas da cidade de Ilhéus, Campos, diz que *o primeiro carnaval que houve em Ilhéus foi o de 1889, suplantando de uma vez por todas o nocivo e estúpido divertimento do entrudo*.¹⁹

A visão preconceituosa do autor sobre o entrudo nos revela a opinião da classe mais abastarda sobre uma manifestação popular no final do século XIX. Campos nasceu, cresceu e morreu, inserido em uma família e no contexto social que lhe permitia pensar e se posicionar dessa forma.

O entrudo tinha por divertimento principal, lançar um nos outros, esferas contendo água perfumada ou até mesmo, urina, chamados 'limõezinhos', e também se jogava farinha ou, até, fezes. Esse tipo de festa não era muito bem visto pela polícia, que a classificava como um divertimento perigoso, e por mais que tenha sido perseguido, o entrudo tinha a participação massiva das classes populares e também da elite.

João da Silva Campos nasceu em 1880 em Santo Amaro, no Recôncavo da Bahia. Segundo a biografia constante no fim da terceira edição do livro que consultamos, foi engenheiro civil por formação e viveu do seu ofício. Ele figura também como um dos mais completos pesquisadores da história e da cultura popular da Bahia. *Crônica da Capitânia de São Jorge dos Ilhéus* foi fruto de sua própria pesquisa entre 1936 a 1937, sendo um compêndio de informações transcritas e interpretadas de documentos oficiais, livros e jornais, lançado em 1947 em Salvador. Campos faleceu em 4 de junho de 1940.

Com essas informações queremos deixar claro que Campos foi contemporâneo dos carnavais em fins do século XIX e primeira metade do XX, portanto, se entende seu posicionamento limitado em relação ao possível primeiro Carnaval em Ilhéus em 1889. Sua obra ainda hoje é referência obrigatória para quem pesquisa a história da região sul baiana.

Vinhães, memorialista com trabalho mais recente, também se manifestou em relação ao carnaval:

Em 1889, foi comemorado o primeiro Carnaval na cidade [quando] desaparecia, nessa época, o entrudo, divertimento que consistia em lançar uns nos outros, água, farinha, tinta etc.

Em 1890, teve lugar um carnaval que foi considerado o mais brilhante, em comparação com outros realizados posteriormente.²⁰

Interessante notarmos a insistência com que os memorialistas diferem o entrudo do carnaval. Mostrando sempre que o carnaval era uma modalidade de festa que mais se adequava aos padrões de 'ordem e progresso' que o país a partir de 1889 vivia.

Partindo dessa abordagem tivemos como referencial teórico/metodológico a pesquisa de Leonardo Affonso de Miranda Pereira em *E o Rio dançou. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)*. Neste trabalho o autor constata a construção de identidade a partir da constituição de clubes recreativos que aglomeravam pessoas da classe popular conforme seu grau de proximidade seja por bairro, profissões etc. Além do relato baseado em processos policiais da época que constam os conflitos dessas sociedades recreativas como brigas, agressões físicas, assassinatos entre seus membros ou quem eles convidavam como sócios para frequentarem as festas promovidas. Entretanto esse comportamento difamava esses clubes na sociedade e com isso a perseguição policial era efetiva para suprimir as manifestações festivas.

Na época cabia à polícia fiscalizar e investigar clubes carnavalescos. Será que tal constatação se aplicaria a Ilhéus? Podemos interpretar que o caso no carnaval de 1929, em que a polícia proibiu a saída do desfile do bloco "Balneário Ambulante" com um grupo de homens com trajes de banho de praia, e para conseguirem autorização, passaram a sair de fantasias e promoveu um banho a fantasia, para se enquadrarem às normas de ordem da polícia, seja sim, um caso não tão repressivo como no Rio, mas, intervencionista da força em nome da manutenção da ordem e dos bons costumes.

Sabemos que o contexto de reformas urbanas, bem como a miragem das elites locais que tinham o Rio de Janeiro como modelo está presente na região, no entanto, foi investigado com atenção que não houve conflito entre polícia e populares tal como constatado por Miranda no Rio de Janeiro.

Além de Miranda outro referencial de pesquisa utilizado sobre o tema é o trabalho da historiadora Rachel Soihet em *Subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. A autora aborda através de fontes hemerográficas e bibliográficas a grande mudança urbanística do Rio no

início do século XX e como se deu a repressão e a resistência da cultura popular no carnaval carioca em nome de uma cultura de europeização do Rio.

No trabalho dela, as classes populares foram expulsas de suas moradias no centro da cidade para os morros para dar lugar às obras de urbanização no alargamento de avenidas e criação de novos jardins, e em contrapartida, as classes populares, durante o carnaval, usavam a Praça Onze como novo núcleo de resistência e a afirmação da cultura afro-brasileira. Aí a realidade de Ilhéus nesse recorte histórico, se enquadra na problemática de Soihet em parte. Com o início da construção da nova Catedral de Ilhéus em 1931, surgiu uma polêmica entre a Igreja e a Prefeitura Municipal, nas pessoas do segundo Bispo diocesano, dom Frei Eduardo José Herberhold, OFM²¹ (1931-1939) e do prefeito Eusínio Lavigne (1930-1937).

O caso em questão, era aonde seria construído o novo templo, necessário devido a elevação da cidade de Ilhéus à sede do bispado, criado em 1913:

Para viabilizar o crescimento e melhor administrar do extenso território da arquidiocese da Bahia, Dom Jerônimo encaminha a Santa Sé o pedido de criação das três novas dioceses, sediadas nos municípios de Barra do São Francisco, Caetité e Ilhéus. O Papa São Pio X que governou a Igreja de 1903 a 1914, atendeu a solicitação da divisão por Dom Jerônimo, e através da bula *Majus Animarum Bonum*, em 20 de outubro de 1913, criou finalmente as três novas diocese, sendo a de Ilhéus a mais importante, devido a pujança da monocultura cacaeira, o que contribuiu para a rápida formação do patrimônio da cúria, já que esse era de grande interesse da elite cacaeira de Ilhéus e região.²²

Para dom Eduardo, a nova catedral deveria ser no mesmo terreno da capela de São Sebastião, um templo em estilo neocolonial do século XVIII, localizada à praça doutor Luís Viana, que foi demolido em 1927, com a autorização do primeiro Bispo de Ilhéus, dom Antônio Manoel de Paiva (1915-1929) e do intendente Mário Pessôa (1924-1928).

Em contrapartida, o prefeito Eusínio Lavigne, queria o novo templo no novo bairro “Cidade Nova”, para incentivar a consolidação da expansão urbanística de Ilhéus para além do centro antigo. A questão do impasse foi para o governo do Estado da Bahia dando vitória ao Bispo diocesano.

Em fins de 1931 deu-se o início às obras da construção da nova catedral no terreno da antiga capela do século XVIII e também de várias casas desapropriadas

nas mediações da antiga capela, visto que, o terreno da capela não comportava a construção da futura catedral.

Com isso, a elite também se livraria de uma população no centro da cidade, que não se enquadrava nos moldes dos interesses atuais que a cidade atravessava, em parte, foi essa mesma elite quem financiou, aos poucos e em parte, as obras da atual catedral de Ilhéus, inaugurada em 1967, trinta e seis anos depois do início de sua construção.²³

Partindo desse pressuposto contamos ainda com o trabalho de Maria Clementina Pereira Cunha em seu livro *Ecos da folia*. A autora procura apontar como se dava a participação popular no Carnaval carioca, quem eram seus protagonistas, qual era seu verdadeiro destaque na realização dos cordões de rua e das festas de clubes. Cunha enfatiza a importância dos historiadores se debruçarem sobre o Carnaval, uma vez que a maior parte dos estudos sobre o assunto está a mercê de antropólogos e sociólogos que tem suas fontes primárias de registro feito por memorialistas e, muitas vezes, não se atêm a historicidade do fenômeno festivo.

É importante que a academia por meio da pesquisa em História investigue o carnaval na região cacauzeira, pois é através do levantamento da discussão dessa historicidade que será possível identificar situações e personagens das classes populares em ação, assim como os possíveis conflitos e trocas entre cultura popular e cultura da elite.

Cunha induz a pesquisa do Carnaval alertando sobre o risco que se corre pela ousadia de abordar tal tema, mas, se prevalecendo de prudência é melhor que deixar que os 'memorialistas carnavalescos' fiquem com a palavra final e com isso substitua o debate historiográfico sobre o assunto.

Considerações finais

É nessa perspectiva de abordagem que este artigo foi fundamentado, cruzando informações dos jornais de Ilhéus, nos meses que antecedem a festa carnavalesca, durante e depois dele. Buscamos entender aonde e quando a elite e a classe popular festejavam o seu carnaval, e em que ponto se chocava essa convivência apontando suas tensões e problemas, o que infelizmente nenhum jornal analisado relatou tal acontecimento. Enfatizando somente o carnaval sob a ótica da

elite do cacau em Ilhéus. Mas, esse artigo teve sua relevância principalmente pela discussão levantada em torno dos festejos carnavalescos no arraial de São João Batista do Pontal e de alguns distritos como Pirangy (Itajuípe) e Água Preta (Uruçuca), em contrapartida com os festejos carnavalescos do centro da cidade, isso sim, atendeu as expectativas propostas inicialmente.

REFERÊNCIAS

FONTES

- CARNAVAL. Correio de Ilhéus. Ano II nº 112 de 23 fev. 1922, p. 1;
CARNAVAL. Correio de Ilhéus. Ano II nº 113 de 25 fev. 1922, p. 2;
CARNAVAL. Correio de Ilhéus. Ano II nº 115 de 04 mar. 1922, p.1;
CARNAVAL. Correio de Ilhéus. Ano IV nº 401 de 31 jan. 1924, p.2;
SOCIEDADE RECREATIVA “LYRA DO MOMO”. Correio de Ilhéus. Ano IV nº 406 de 12 fev. 1924, p.2;
CARNAVAL. Correio de Ilhéus. Ano IV nº 414 de 01 mar. 1924, p.2;
CARNAVAL. Correio de Ilhéus. Ano IV nº 415 de 06 mar. 1924, p.2;
ESTÁ CHEGANDO A HORA. Diário da Tarde. Ano I nº 277 de 24 jan. 1929, p. 4 ao Diário da Tarde. Ano VI nº 1.738 de 22 jan. 1934, p. 4.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha. *O império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/São Paulo: Fepesp, 1999.
BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Ilhéus*. 3ª edição. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.
CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3ª edição. Ilhéus: Editus, 2006.
CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
CASTELLO, José. Posfácio. In: AMADO, Jorge. *O país do Carnaval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011(1931).

- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- NASCIMENTO, Aline Santos de Brito. *Carnaval de Ilhéus: identidade, turismo e sustentabilidade*. Ilhéus: Editus, 2007.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *E o Rio dançou*. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). *Carnavais e outras f(r)estas, ensaios de história social da cultura*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2005.
- PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura colonial na Região Cacaueira (1880-1950)*. Ilhéus – Bahia: Editus, 2005.
- RIBEIRO, Oslan Costa. *Percursos da Igreja Católica no sul da Bahia: formação, consolidação e transformações da diocese de Ilhéus (1913-1978)*. In: MACÊDO, Janete Ruiz (Org). *Diocese de Ilhéus: 100 anos de História*. Ilhéus – Bahia: EDITUS, 2013, vol.1, p. 17 – 56.
- SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SOUB, José Nazal Pacheco. *Minha Ilhéus: fotografias do século XX e um pouco de nossa história*. Itabuna/Ilhéus - Bahia: Via Litterarum, 2010.
- VINHÁES, José Carlos. *São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX*. Ilhéus: Editus, 2001.

NOTAS

¹ Licenciado em História (2013) e pós-graduado (*Lato Sensu*) em História do Brasil (2015) pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Ilhéus - Bahia. Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/UESC/CNPq 2009-2013). Membro do Grupo de pesquisa: "História, Memória e Representações: Suportes para o Turismo Cultural" (UESC), atuando

na linha de pesquisa: "História , Espaços Urbanos e Identidade". Membro da Associação Brasileira de História das Religiões – ABHR.

² VINHÁES, 2001, p. 268;

³ VINHÁES, 2001, p. 620;

⁴ In: <http://www.jorgeamado.org.br/>, acessado em 07/12/2014;

⁵ Posfácio de José Castello (2011). In: <http://www.jorgeamado.com.br/obra.php3?codigo=12615>, acessado em 07/12/2014;

⁶ Um dos gentílicos dado a quem nasce na região de Itabuna, sul da Bahia: itabunense;

⁷ A palavra sociedade nesse contexto tinha outro sentido, essa palavra era aplicada somente ao grupo seletivo dos ricos e emergentes, políticos e coronéis do cacau;

⁸ SOIHET, 1998, p. 48;

⁹ CORREIO DE ILHÉOS, ano II, nº 112, de 23 de fevereiro de 1922, p.1;

¹⁰ CORREIO DE ILHÉOS, ano II, nº 113, de 25 de fevereiro de 1922, p. 2;

¹¹ CORREIO DE ILHÉOS, ano IV, nº 415, de 6 de março de 1924, p.2;

¹² Grifo nosso;

¹³ VINHÁES, 2001, p. 234;

¹⁴ CORREIO DE ILHÉOS, ano II, nº 115, de 4 de março de 1922, p.1;

¹⁵ Município criado, através da Capitania Hereditária com o nome de São Jorge dos Ilhéus, por carta régia de Dom João III, de 26 de junho de 1534. Elevada a condição de cidade em 28 de junho de 1881;

¹⁶ Distrito criado em 1930, nome alterado para Itajuípe em 1943, município criado, desmembrado de Ilhéus em 12 de dezembro de 1952;

¹⁷ Município criado com a denominação de Água Preta em 12 de agosto de 1929. Município extinto e anexado novamente a Ilhéus, em 1930. Em 1943, tinha alterado, na condição de distrito de Ilhéus, o topônimo para Uruçuca. Município restaurado, desmembrado de Ilhéus em 12 de dezembro de 1952;

¹⁸ DIÁRIO DA TARDE, ano VI, ed.1472, de 23 de fevereiro de 1933, p. 4;

¹⁹ CAMPOS, 2006, p.422;

²⁰ VINHÁES, 2001, p.308;

²¹ Ordem dos Frades Menores (Franciscanos);

²² RIBEIRO, 2013, p. 22;

²³ Ver RIBEIRO, 2013, p. 28-38.

Received on June 18, 2015.

Accept on July 27, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.